

PERSPECTIVAS NA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Alisson MOURA MATIAS DA SILVA¹; Luana Maria CAVALCANTI FERRAZ*,

RESUMO

A avaliação documental nas universidades é recente e pouco disseminada. Poucas instituições, sejam elas públicas ou privadas, elaboram um instrumento legal que define prazos de guarda e a destinação dos documentos, como a Tabela de Temporalidade de Documentos – TTD, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Como historiadores, devemos visualizar os arquivos como lugares de memória, e, para tanto, é preciso compreender que a preservação dos documentos administrativos de hoje, é de capital importância para os fins científicos, de pesquisa, assim como culturais, tanto para a atualidade como para a posteridade. Assim, esta comunicação tem por objetivo apresentar e discutir os mecanismos de preservação documental adotados pela UFPB, focalizando os acervos daquela instituição como componentes de uma vasta categoria denominada de patrimônio cultural.

PALAVRAS CHAVE: Arquivo; Tabela de Temporalidade de Documentos; Patrimônio.

INTRODUÇÃO

A trajetória do ensino superior no Brasil, segundo Mariza Bottino, é tardia, sendo instituída só no século XX. Conseqüentemente, o perfil da organização arquivística nas Universidades Federais brasileiras é recente. Acontece que a política colonizadora da metrópole configurou um padrão de formação das elites, futuro grupo que ocuparia os quadros administrativos coloniais, nas universidades de Portugal. Só mais tarde surgem as escolas isoladas, sem organização universitária, o que acarretou também uma precariedade nas organizações arquivísticas.

A década de 1950 é considerada como o marco referencial dos arquivos no Brasil. É nesse período que se desenvolvem projetos de criação de cursos de formação arquivística,

¹ Graduandos em História da UFPB.

com o objetivo de formar profissionais para atuarem na área do trabalho arquivístico. Estas iniciativas, por sua vez, tinham por objetivo treinar e capacitar que manuseavam documentos. Recebendo um tratamento científico, os arquivos passaram a receber apoio técnico da conceituada escola francesa de arquivos, dando o ponta pé inicial nas dinâmicas de preservação documental.

Passada essa fase incipiente, na década de 70, criou-se a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, marcando, assim, um avançado desenvolvimento da arquivologia científica no Brasil. A AAB foi importantíssima nessa fase, pois além de realizar congressos, cursos e de promover conscientização no cuidado com os documentos, incentivou a organização de cursos de graduação em Arquivologia. O que foi fundamental para que em 1972, o Conselho Federal autorizasse a criação de cursos de formação arquivística em nível superior.

O desenvolvimento dos arquivos no Brasil, apesar de ser tardio, tem um teor progressista, entretanto, há muito que se pensar sobre sua situação. Embora a criação das graduações em Arquivologia tenha trazido benefícios organizacionais e científicos, não houve uma dada preocupação com os arquivos universitários. A realidade encontrada remete-nos a arquivos isolados, a profissionais sem preparo teórico, ao descaso com os lugares de memória. Só a partir da década de 80, é que foi pensado um arquivo institucional, sanando alguns problemas no trato documental.

“Outro ponto que merece ser ressaltado é o que se refere a Lei n 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Pela lei, os arquivos das universidades tanto publicas como privadas também estão inseridos nesse universo. Por de iniciativas mais agressivas o sentido de regulamentar e colocar em pratica os preceitos legais e vigentes, os arquivos universitários não estão sendo devidamente contemplados.” (BOTTINO, 1995:64)

Mesmo a lei sendo clara, encontramos em muitas instituições de ensino superior (foco de nossa discussão), sejam elas publicas ou privadas, uma preocupação meramente administrativa, sem a devida atenção com o posterior valor cultural e científico que a preservação nos lega.

NOVOS HORIZONTES NOS ACERVOS DOCUMENTAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Apesar de uma realidade problemática, algumas instituições destacam-se como modelo na preservação documental, seja pela versatilidade dos seus mecanismos de preservação e acesso a informação, como, por exemplo, uma comissão avaliadora organizada e atuante, a Comissão Permanente de Avaliação documental – CPAD, somado a um instrumento como a Tabela de Temporalidade de Documentos – TTD, que sistematiza os prazos de guarda dos documentos, seja pela importância dada ao patrimônio histórico-cultural gerado pela própria instituição.

Criada em 1955, a Universidade Federal da Paraíba fez crescer o seu acervo documental, à medida em que foi ampliando o número de cursos de graduação, criando cursos de pós-graduação, e o número de admissões de novos profissionais tanto no corpo docente, como o administrativo. Com isto, verificou-se cada vez mais a necessidade de uma organização dos arquivos de maneira estrutural, movido pelas atividades de limpeza, seleção, classificação e organização de todo o acervo chamado ARQUIVO GERAL.

Somente no início de Julho de 1979 foi criado um Grupo de Tarefas, com a finalidade de colocar em prática os objetivos de uma reestruturação já citada acima. Na época, o então Arquivo Geral localizava-se no centro da cidade de João Pessoa, onde funcionava a sede da Reitoria, transportada para o atual Campus Universitário da presente cidade.

No entanto, alguns critérios foram estabelecidos por certos setores para uma melhor organização documental, mas nenhuma delas com respaldo técnico-jurídico, somente implantada com as inúmeras reformulações das Comissões. Até que em 02 de fevereiro de 1998, cria-se a Comissão de Avaliação de Documentos e Elaboração da Tabela de Temporalidade para a Documentação do Arquivo Geral, e inicia-se o processo de Elaboração da Tabela de Temporalidade, que, posteriormente, levou a criação da Comissão Permanente de Avaliação Documental, CPAD em novembro de 2001.

Com uma feição multidisciplinar, a CPAD possuía, em sua composição, membros com formação nas seguintes áreas: História, Biblioteconomia, Administração, Contabilidade e Direito. Tinha como funções facilitar o andamento das atividades de levantamento da documentação produzida e recebida pelos diversos setores da Universidade, além de

participar, de maneira efetiva, no que diz respeito à elaboração da Tabela de Temporalidade da Universidade Federal da Paraíba, que tinha por base as orientações do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.

A partir de então, galgava-se uma conquista de grande importância para a Instituição, e o âmbito arquivístico em geral. Após três anos de trabalho, foi aprovada, pelo Conselho Universitário (CONSUNI), em 2001, a primeira versão da Tabela de Temporalidade de Documentos da UFPB. A partir de então, foram feitas várias reformulações, a fim de adequá-la à Resolução nº14, de 24/10/2001, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão central do Sistema Nacional de Arquivo. No ano de 2003, é lançada a segunda versão da TTD.

Vale ressaltar que, antes da aprovação da Tabela de Temporalidade de Documentos da UFPB, como referência de instrumento para avaliação de documentos pertinentes a Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a Universidade de Santa Maria, localizada no Rio Grande do Sul, foi a pioneira na elaboração de uma tabela de temporalidade, porém, não conseguiram aprovação do CONARQ. Até o ano de 2006, a Tabela de Temporalidade da UFPB, foi adotada como parâmetro pelo Arquivo Nacional e Conselho Nacional de Arquivos. Após esse período, iniciou-se o processo de elaboração de um Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos relativos às Atividades-Fim, destinado às IFES. As atividades do Grupo de Instituições envolvidas na elaboração do referido instrumento se estendem até o presente momento, e está previsto que, até o ano de 2009, ele seja disponibilizado para as IFES.

No caso da elaboração da TTD da UFPB, o princípio metodológico utilizado para elaboração da tabela foi o participativo, sendo assim,

“(…) Os servidores que lidam com a documentação colaboram com a experiência acumulada na identificação do fluxo ou definição do ciclo de vida do documento. Coube à Comissão o conhecimento da legislação pertinente, a orientação para a efetiva participação setorial, a consolidação dos dados apresentados por cada setor, a apresentação de uma Pré-Tabela de Temporalidade, bem como a sua discussão, ajustes e encaminhamentos necessários”. (UFPB/CPAD/TTD, 2003: 7)

TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS – TTD

Em linhas gerais, o que é uma Tabela de Temporalidade? Segundo Rose Marie Inojosa, mestre em ciências de comunicação da USP, a Tabela de Temporalidade é um instrumento básico para o gerenciamento da documentação e dos arquivos, que permite a distinção das informações essenciais das repetitivas ou supérfluas, o reaproveitamento dos espaços de armazenamento das unidades e do arquivo próprio.

A TTD trata-se, portanto, de um instrumento para gerenciar os documentos produzidos e recebidos pela Universidade Federal da Paraíba no exercício de suas funções e atividades, configuradas por classes e subclasses, a partir das Atividades-Meio e Atividades-Fim das Instituições. Cada unidade documental possui um código de classificação específico, e a este código são atribuídos prazos de guarda. Estes, por sua vez, se subdividem em **fase corrente**, que corresponde aos documentos vigentes e que são consultados com freqüência; **fase intermediária**, documentos no final da vigência, raramente são consultados e sobre o aguardo de uma **destinação final**, que tem caráter de **eliminação**, quando o documento não apresenta valor probatório ou informativo, ou pode ser de **guarda permanente**, que trata justamente daqueles documentos para fins de prova, informações e pesquisa.

Sobre uma constante avaliação, fomentada pela então CPAD, servidores e alunos estagiários bolsistas e voluntários, que por sinal, vem tendo uma crescente participação e importância, o acervo documental da UFPB esta sendo organizado de acordo com as regras da TTD, que sempre passa por processo de atualização devido ao caráter não estático pertinente a instituição. Todavia, vale salientar que as dificuldades são constantes, no que diz respeito a compreensão da maioria dos servidores, desinteresse e desconhecimento, mas, aos poucos, a divulgação da TTD vem conquistando o seu espaço. Os eventos realizados desde 1998 pela CPAD têm contribuído para uma melhor conscientização daqueles que produzem e recebem a documentação da UFPB, modificando o tratamento dado a documentação, o que possibilita uma oportunidade indiscutível de dar ênfase aos arquivos da UFPB, que têm aos poucos conseguido efetivamente seu espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as barreiras ultrapassadas no que tange ao trabalho com os documentos. O quadro de estagiários que trabalham em alguns arquivos da UFPB é formado por estudantes

de Biblioteconomia e de História⁻. Tivemos a oportunidade de trabalhar cerca de um ano, no arquivo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, como alunos bolsistas, e observamos de perto as perspectivas da preservação na instituição. Mesmo tendo um ligeiro destaque no aparato nacional da organização documental e mecanismos eficientes de preservação documental, há muitos contrapontos, e o pior deles é o descaso que permeia as mentes tradicionalistas dos setores administrativos, que tratam os arquivos como meros depósitos, ou mesmo com a expressão vulgar e pejorativa “arquivo morto”. Daí ressalta-se o empenho da CPAD, que há 10 (dez) anos vêm moldando essa realidade, promovendo seminários, cursos e treinando alunos para trabalharem com o resgate da documentação da UFPB, e assim facilitar o acesso a informação. Portanto deve-se entender que:

(...) Se devemos preservar as características de uma sociedade, teremos forçosamente que manter conservadas as suas condições mínimas de sobrevivência, todas elas implicadas no meio ambiente e no seu saber. Acima, empregamos a expressão ‘devemos preservar’ como sendo uma obrigação, o que é correto, já que a todos só pode interessar a idéia ligada à salvaguarda de nossa identidade cultural. Assim, deveriam ter prioridade de atenção os elementos componentes dos recursos matérias e todos os outros não tangíveis ligados ao conhecimento, especialmente à técnica. (LEMOS, 2004: 25)

Como historiadores, a preservação documental é de capital importância, não só para a própria instituição, que preserva sua história, mas também para fins de pesquisa, viabilizando nosso patrimônio cultural ao direito ao passado e a memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTINO, Mariza. **Os arquivos universitários no Brasil**. Rio de Janeiro: Mimeo.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Boletim do Arquivo. São Paulo: imprensa Oficial, volume três, nº 1, janeiro/julho 2000.

⁻ Somente no próximo ano (2009), é que o Curso de Arquivologia da UFPB, com duas entradas, cada uma com 40 vagas disponíveis, entrará em funcionamento.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: teoria e prática**. Traduzido por Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIRGÍNIO, Isabella Oliveira de A. **A Situação dos arquivos da UFPB**. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, no ano de 2006.

LEMOS, Carlos, A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. **Tabela de Temporalidade de Documentos da UFPB**. Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD). João Pessoa: Ed. Universitária, 2003.

INOJSA, Rose Marie. Tabela de Temporalidade, In: CASTILHO, Ataliba Teixeira (org.) **A sistematização de arquivos públicos**. São Paulo: UNICAMP, 1991.